

Sistema Único de Arrecadação Centralizada (Bilhetagem)

Audiência na Câmara Municipal de São Paulo

agosto de 2017

Dados do Sistema de Bilhetagem Eletrônica atual

O Sistema de Bilhetagem integra o transporte público municipal (pneus) e estadual (trilhos) de São Paulo

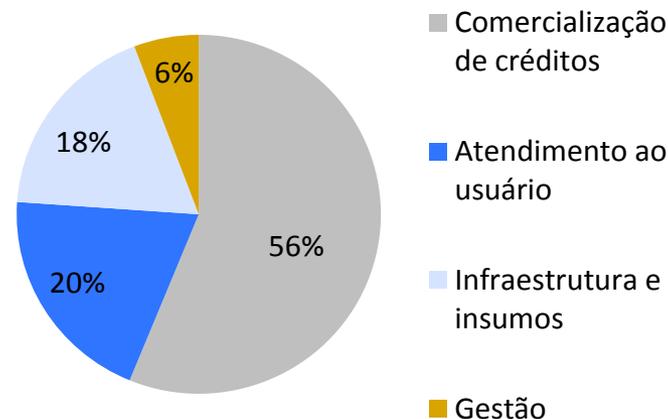
Bilhete Único

- ~14,4 milhões de cartões ativos¹
- ~13,6 milhões de viagens/dia
- Movimentação de ~R\$ 7,3 bilhões/ano
 - ~R\$ 4,5 bi para pneus
 - ~R\$ 2,8 bi para trilhos

Custo em 2016

- Custo Bruto total: ~R\$ 237,6 milhões
- Receitas do sistema²: ~R\$ 77,7 milhões
- Custo Líquido: ~R\$ 159,8 milhões
 - Município: ~R\$ 106,7 milhões (67%)
 - Estado: ~R\$ 53,1 milhões (33%)

Detalhamento do Custo Bruto



1. Nos últimos 12 meses

2. Comissão VT, aquisição ou renovação de BU estudante/professor por instituições de ensino.

Dificuldades atuais do Sistema de Bilhetagem Eletrônica

1 Sistema gera custos para a Administração Municipal

- Poucos serviços agregados
- Reduzida exploração comercial

2 Sistema e processos com pouca renovação tecnológica

- Falta de serviços modernos de interação com o usuário
- Licitações demoram e fraude não espera

3 Problemas com fraudes

- Criação de créditos falsos e clonagem de cartões
- Falhas de segurança em aplicativos e protocolos

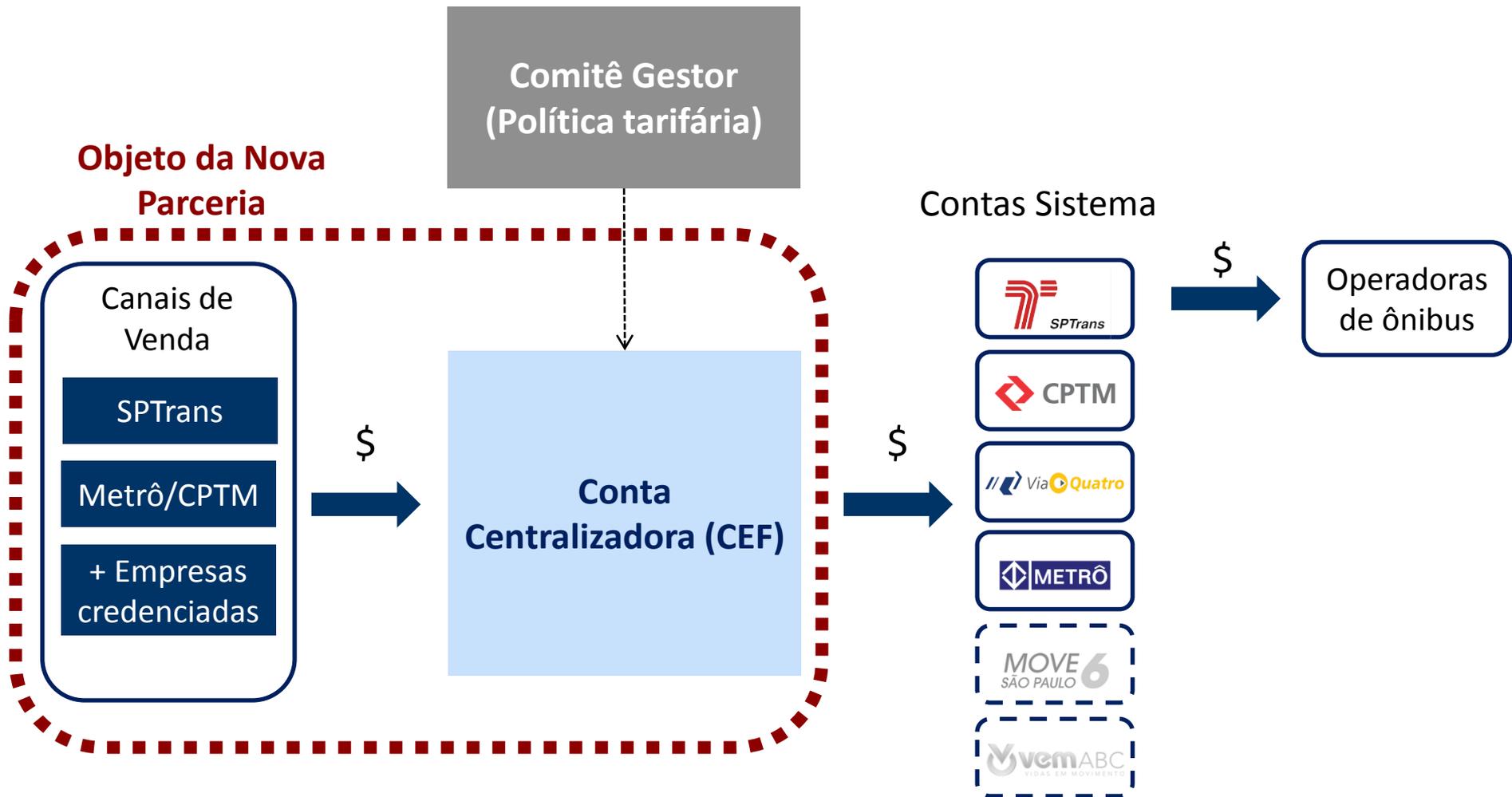


Objetivos do projeto

O principal objetivo refere-se à melhoria na experiência do usuário do Sistema de Transporte Público



Sistema de Bilhetagem Eletrônica



Com o projeto, custos da Bilhetagem passarão para o parceiro privado

Desoneração anual estimada

R\$ 106,7 milhões/ano

Novos serviços e parcerias

- Maior agilidade para compra de créditos e recarga
- Uso de smartphones, cartões de débito e crédito para transporte
- Uso de Bilhete Único para mais finalidades
- Potenciais interessados: instituições financeiras, operadoras de sistema de pagamentos, empresas de tecnologia e similares

Garantia da privacidade dos usuários

Serviços opcionais poderão ser recusados pelos usuários de transporte

Não haverá cobrança adicional para compra de créditos de transporte

Política tarifária não será concedida – regulação contínua do Poder Público

Setor privado não decide preço da passagem de transporte – benefícios e gratuidades não são alterados pela concessão

Pagamento às empresa de ônibus continuará sendo feito pela SPTrans

Acesso ao sistema de transporte poderá continuar sendo feito com o cartão apenas – não dependerá de cartão de crédito, celular ou outros

OBRIGADO

SMDP
11 3115-1999



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DESESTATIZAÇÃO
E PARCERIAS